



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA: 31 de julho de 2016
NÍVEL SUPERIOR
CURSO DE ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS
ASSISTENTE SOCIAL

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

BOLETIM
1
AMARELA

A COR DA CAPA DO SEU BOLETIM DE QUESTÕES É AMARELA.
MARQUE A COR EM SEU CARTÃO-RESPOSTA.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao curso/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão-resposta. Caso contrário, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas às questões objetivas.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a Prova Objetiva com 40 (quarenta) questões, sendo 10 de Língua Portuguesa, 05 de Noções de Informática, 05 de Legislação Institucional e 20 de Conhecimento Específico do Cargo/Especialidade. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:00h e término às 12:00h (horário de Belém).**
4. Para cada questão objetiva, são apresentadas 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde corretamente à questão, considerando a numeração de 01 a 40.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, curso de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre, no formulário de Correção de Dados, a devida correção.
6. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada na sala sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da sua prova, o candidato não poderá utilizar o banheiro.
7. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a sua prova.
8. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, no mínimo, **duas horas** após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala aguardando até que os três concluem a prova para assinarem a Ata de Sala.
10. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
11. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
12. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
13. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
14. Ao final da sua prova, você deverá devolver o **boletim de questões** juntamente com o **cartão-resposta**, que é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
15. Será automaticamente eliminado do Concurso Público da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ PARA ADMISSÃO AO CURSO DE ADAPTAÇÃO DE OFICIAIS o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/CADO/PMPA do referido concurso.

Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões abaixo foram formuladas com base no texto
“Contra a mera tolerância das diferenças”, de Renan Quinalha.
Leia-o, com atenção, para responder corretamente às questões de 1 a 10.

Contra a mera “tolerância” das diferenças

Renan Quinalha

1 “É preciso tolerar a diversidade”. Sempre que me defronto com esse tipo de
2 colocação, aparentemente progressista e bem-intencionada, fico indignado. Não, não é
3 preciso tolerar.

4 “Tolerar”, segundo qualquer dicionário, significa algo como “suportar com
5 indulgência”, ou seja, deixar passar com resignação, ainda que sem consentir
6 expressamente com aquela conduta.

7 “Tolerar” o que é diferente consiste, antes de qualquer coisa, em atribuir a “quem
8 tolera” um poder sobre “o que tolera”. Como se este dependesse do consentimento
9 daquele para poder existir. “Quem tolera” acaba visto, ainda, como generoso e
10 benevolente, por dar uma “permissão” como se fosse um favor ou um ato de bondade
11 extrema.

12 Esse tipo de discurso, no fundo, nega o direito à existência autônoma do que é
13 diferente dos padrões construídos socialmente. Mais: funciona como um expediente do
14 desejo de estigmatizar o diferente e manter este às margens da cultura hegemônica, que
15 traça a tênue linha divisória entre o normal e o anormal.

16 Tolerar não deve ser algo celebrado e buscado como ideal político e tampouco
17 como virtude individual. Ainda que o argumento liberal enxergue, na tolerância, uma
18 manifestação legítima e até necessária da igualdade moral básica entre os indivíduos, não
19 é esse o seu sentido recorrente nos discursos da política.

20 Com efeito, ainda que a defesa liberal-igualitária da tolerância, diante de
21 discussões controversas, postule que se trata de um respeito mútuo em um cenário de
22 imparcialidade das instituições frente a concepções morais mais gerais, isso não pode
23 funcionar em um mundo marcado por graves desigualdades estruturais.

24 Marcuse identificava dois tipos de tolerância: a passiva e a ativa. No primeiro caso,
25 a tolerância é vista como uma resignação e uma omissão diante de uma sociedade
26 marcadamente injusta em suas diversas dimensões. Por sua vez, no segundo caso, ele
27 trata da tolerância enquanto uma disposição efetiva de construção de uma sociedade
28 igualitária. Não é este, no entanto, o discurso mais recorrente da tolerância em nossos
29 tempos.

30 Assim, quando alguém te disser que é preciso “tolerar” a liberdade das mulheres, a
31 busca por melhores condições de vida das pessoas pobres, as reivindicações por
32 igualdade material das pessoas negras, entre outros segmentos vulneráveis, simplesmente
33 não problematize esse discurso.

34 Admitir a existência do outro não significa aceitá-lo em sua particularidade como
35 integrante da comunidade política. É preciso valorizar os laços mais profundos de
36 reciprocidade e respeito pelas diferenças, o que só o reconhecimento, estágio superior da
37 tolerância, pode ajudar a promover, como ensinou Axel Honneth.

38 Diversidade é um valor em si mesmo e não depende da concordância dos que
39 ocupam posições de privilégios. Direitos e liberdades não se “toleram”. Devem ser
40 respeitados e promovidos, por serem conquistas jurídicas e políticas antecidas de muitas
41 lutas.

42 O que não se pode tolerar é o discurso aparentemente “benevolente” e “generoso”
43 – mas na verdade bem perverso – da “tolerância das diferenças”. Ninguém precisa da
44 licença de ninguém pra existir.

Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2016/02/contra-a-mera-tolerancia-das-diferencas/>>

Acesso em: 10 mar. 2016.

1. O autor do texto, Renan Quinalha, posiciona-se abertamente contra
- (A) a ideologia progressista.
 - (B) a generosidade e a benevolência.
 - (C) as graves desigualdades estruturais.
 - (D) o discurso da tolerância à diversidade.

2. Leia os enunciados a seguir.

- I O título do texto reúne, de certa forma, a tese e a antítese, ou seja, as ideias que autor defende e refuta ao longo do texto.
- II No segundo parágrafo, o autor apresenta, como estratégia de persuasão do leitor, uma avaliação inteiramente pessoal e subjetiva.
- III Para o autor, em um mundo marcado por graves desigualdades estruturais, a única possibilidade de se estabelecer o respeito mútuo reside na defesa liberal-igualitária da tolerância.
- IV Ao afirmar que “‘Quem tolera’ acaba visto, ainda, como generoso e benevolente, por dar uma ‘permissão’ como se fosse um favor ou um ato de bondade extrema” (ℓ. 9 a 11), o autor dá a entender que, para ele, a tolerância não é uma virtude.

As afirmações que contêm interpretações permitidas pelo texto são

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.

3. Para sustentar seu ponto de vista, Renan Quinalha, ao longo do texto,

- (A) cita dados, fatos e análises irrefutáveis.
- (B) vale-se de exemplos que podem servir de lição.
- (C) elabora uma reflexão de natureza político-filosófica.
- (D) aponta e discute pontos nevrálgicos sobre a intolerância no país.

4. Como em todo texto opinativo, o autor, para influenciar o leitor, vale-se de recursos expressivos, dentre os quais se destaca o (a)

- (A) emprego de hipérbolos ou exageros na defesa de seus de argumentos.
- (B) reiteração de máximas admitidas como verdades pelas pessoas em geral.
- (C) uso de linguagem predominantemente figurada para questionar situações de intolerância.
- (D) construção de um raciocínio lógico-semântico por meio do qual procura demonstrar a impropriedade de um ponto de vista.

5. O único excerto em que **não** há menção à proposição defendida pelo autor é

- (A) “É preciso tolerar a diversidade” (ℓ. 1).
- (B) “Direitos e liberdades não se ‘toleram’” (ℓ. 39).
- (C) “Ninguém precisa da licença de ninguém pra existir” (ℓ. 43 e 44).
- (D) “Diversidade é um valor em si mesmo e não depende da concordância dos que ocupam posições de privilégios.” (ℓ. 38 e 39).

6. Considere o trecho abaixo transcrito:

Esse tipo de discurso, no fundo, nega o direito à existência autônoma do que é diferente dos padrões construídos socialmente. Mais: funciona como um expediente do desejo de estigmatizar o diferente e manter este às margens da cultura hegemônica, que traça a tênue linha divisória entre o normal e o anormal. (ℓ. 12 a 15)

A análise dos constituintes dos períodos que constam desse parágrafo está **incorreta** no seguinte enunciado:

- (A) O pronome demonstrativo “este” reporta-se ao sintagma “o diferente”.
- (B) “Esse tipo de discurso” é uma referência à tese em defesa da tolerância das diferenças.
- (C) A palavra “diferente”, em suas duas ocorrências, funciona como um adjetivo de dois gêneros, aludindo à noção de diversidade.
- (D) O “que”, em sua segunda ocorrência, é um pronome relativo e, como tal, exerce função anafórica, retomando um termo antecedente.

7. Releia os seguintes trechos do texto:

Esse tipo de discurso, no fundo, nega o direito à existência autônoma do que é diferente dos padrões construídos socialmente. (ℓ. 12 e 13)

Com efeito, ainda que a defesa liberal-igualitária da tolerância, diante de discussões controversas, postule que se trata de um respeito mútuo... (ℓ. 20 e 21)

Assim, quando alguém te disser que é preciso “tolerar” a liberdade das mulheres... (ℓ. 30)

Sem alterar as relações de sentido dos enunciados destacados, as locuções sublinhadas poderiam ser substituídas, respectivamente, por

- (A) “na realidade”, “de fato” e “portanto”.
- (B) “realmente”, “não obstante” e “enfim”.
- (C) “de qualquer maneira”, “decerto” e “logo”.
- (D) “efetivamente”, “por certo” e “bem como”.

8. Considere o fragmento de texto a seguir:

Admitir a existência do outro não significa aceitá-lo em sua particularidade como integrante da comunidade política. É preciso valorizar os laços mais profundos de reciprocidade e respeito pelas diferenças, o que só o reconhecimento, estágio superior da tolerância, pode ajudar a promover, como ensinou Axel Honneth. (ℓ. 34 a 37)

Nesse parágrafo, os vocábulo que estabelecem a coesão textual, retomando referentes anteriormente introduzidos no texto, são

- (A) “lo”, “sua” e “o que”.
- (B) “outro”, “pelas” e “a”.
- (C) “laços”, “o que” e “da”.
- (D) “sua”, “política” e “o que”.

9. Os vocábulo sublinhados apresentam o mesmo valor semântico em

- (A) “como se fosse um favor” (ℓ. 10) / “como ensinou Axel Honneth” (ℓ. 37).
- (B) “deixar passar com resignação” (ℓ. 5) / “sem consentir expressamente com aquela conduta” (ℓ. 5 e 6).
- (C) “por dar uma ‘permissão’” (ℓ. 10) / “por serem conquistas jurídicas e políticas antecedidas de muitas lutas” (ℓ. 40).
- (D) “‘Quem tolera’ acaba visto, ainda, como generoso e benevolente...” (ℓ. 9 e 10) / “Ainda que o argumento liberal enxergue, na tolerância, uma manifestação legítima” (ℓ. 17 e 18).

10. A descrição, quanto ao emprego dos sinais de pontuação, está em conformidade com os preceitos das regras de escrita no seguinte enunciado:

- (A) As vírgulas em “na tolerância” (ℓ. 17) são utilizadas para isolar um aposto.
- (B) O sinal de dois-pontos (ℓ. 13) justifica-se por introduzir uma enumeração dos padrões socialmente construídos.
- (C) O uso das aspas em “É preciso tolerar a diversidade” (ℓ. 1) e em “benevolente”/ “generoso” (ℓ. 42) tem justificativas gramaticais diferentes.
- (D) Se os travessões que isolam a oração “mas na verdade bem perverso” (ℓ. 43) fossem substituídos por vírgulas, a coerência do texto seria prejudicada.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. O tipo de memória responsável por armazenar de forma prolongada, mesmo na ausência de energia elétrica, os arquivos/programas manipulados pelo sistema operacional em um computador é

- (A) RAM.
- (B) Disco rígido.
- (C) SRAM.
- (D) CD-RAM.

12. O conjunto de dispositivos que pode atuar enviando e recebendo dados a partir de um computador é composto de
- (A) placa de rede, modem, monitor touchscreen.
 - (B) mouse, impressora, pen-drive.
 - (C) câmera, pen-drive, placa de rede.
 - (D) microfone, mouse, modem.
13. Quando se deseja apagar definitivamente um arquivo de um computador, deve-se utilizar as teclas
- (A) Alt + Del.
 - (B) Esc + Del.
 - (C) Shift + Del.
 - (D) Ctrl + Del.
14. No Windows Explorer é possível ordenar a visualização de arquivos em uma pasta considerando-se data de sua criação. Para que isto possa ser feito, é necessário visualizar o conteúdo desta pasta como
- (A) ícones grandes.
 - (B) lista.
 - (C) blocos.
 - (D) detalhes.
15. Para identificar se o acesso a uma página na Internet através de um Webbrowser é seguro, deve-se verificar se o endereço da página que se quer acessar contém
- (A) ftp.
 - (B) https.
 - (C) www.
 - (D) com.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

16. Conforme mandamentos da Lei Estadual 5251/85, ao Coronel PM que tenha exercido o Cargo de Comandante Geral da Polícia Militar, por tempo superior, a _____ meses, nomeado na forma da lei, fica assegurado, ao ser transferido para a reserva, o direito de ter os proventos de inatividade, fixados com a incorporação das vantagens gerais e especiais, bem como, todas as indenizações que a qualquer título caibam ao referido cargo. O numeral que completa a lacuna do enunciado é
- (A) 6.
 - (B) 8.
 - (C) 10.
 - (D) 12.
17. Conforme previsto pela Lei Estadual 5251/85, é considerado dependente do policial militar, entre outros, o filho menor de _____ anos ou inválido ou interdito. O numeral que completa a lacuna do enunciado é
- (A) 16.
 - (B) 18.
 - (C) 21.
 - (D) 24.
18. De acordo com a Lei Estadual 5251/85, o policial militar que, ao passar para a inatividade, contar _____ anos de serviço terá direito ao soldo e às vantagens que percebia no serviço ativo. O numeral que completa a lacuna do enunciado é
- (A) 40.
 - (B) 35.
 - (C) 30.
 - (D) 25.

19. Conforme mandamentos da Lei Estadual 5251/85, a licença para tratamento de interesse particular é a autorização para afastamento total do serviço, concedida ao policial militar que contar mais de _____ anos de efetivo serviço e que a requerer com essa finalidade. O numeral que completa a lacuna do enunciado é

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 10.

20. Em razão do disposto pela Lei Estadual 5251/85, no caso de o policial militar haver realizado qualquer curso ou estágio de duração superior a _____ meses, por conta do Estado, no estrangeiro, sem haver decorrido _____ anos de seu término, a transferência para a reserva remunerada só será concedida mediante indenização de todas as despesas correspondentes à realização do referido estágio ou curso, inclusive as diferenças de vencimentos. Os numerais que completam as lacunas do enunciado são, respectivamente,

- (A) 6 e 3.
- (B) 6 e 6.
- (C) 3 e 6.
- (D) 3 e 3.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO CARGO/ESPECIALIDADE

21. João, 65 anos, é casado com Maria, de mesma idade, há 30 anos. Após ambos se aposentarem por idade, João passou a ser usuário de drogas e ter um comportamento agressivo. Um dia, João chegou sob o efeito de álcool e outros entorpecentes em casa e agrediu fisicamente Maria. Com base na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) Maria poderá requerer, após o conhecimento da situação pela autoridade judicial, a proteção e o acompanhamento da autoridade policial para a retirada dos pertences da ofendida do domicílio familiar.
- (B) a autoridade policial, feito o registro da ocorrência, deverá remeter, no prazo legal, os autos do inquérito ao juiz competente e ao Ministério Público, para que então possa ser determinado o colhimento de todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato.
- (C) o Ministério Público, ao tomar conhecimento da situação de Maria, poderá requerer a inclusão de João em programa comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários e dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.
- (D) será assegurado a Maria o benefício mensal de um salário mínimo, caso seja deferido o seu afastamento do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens.

22. Em função das cobranças de melhoria no transporte público e privado, principalmente quanto ao tratamento dos portadores de deficiência, pela maioria dos cem mil habitantes do Município de Cidadezinha, o ente federativo deverá

- (A) elaborar plano de rotas e passeios públicos implantados ou reformados, sempre que possível, de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros.
- (B) estabelecer que 10% (dez por cento) dos veículos das frotas de táxi sejam acessíveis a pessoas com deficiência, sendo permitida a cobrança de tarifa diferenciada gradativa, como forma de incentivo fiscal.
- (C) elaborar obrigatoriamente um plano de transporte urbano integrado compatível com o plano diretor ou nele inserido.
- (D) permitir o uso do símbolo internacional de acesso nos veículos das empresas de transporte de fretamento e de turismo, dependendo da certificação de acessibilidade emitida pelo respectivo sindicato.

- 23.** A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90) tratou do Sistema Único de Saúde (SUS) e de sua organização, direção e gestão. Acerca do assunto, é correto afirmar que
- (A) é facultada a criação de Comissões Permanentes entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior.
 - (B) é facultada aos Estados-membros e aos Municípios a constituição de consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.
 - (C) o SUS, no nível municipal, deverá ser organizado em distritos, de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.
 - (D) serão criadas comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil.
- 24.** A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.724/93) instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social. Acerca do CNAS, é correto afirmar que
- (A) trata-se de órgão superior de deliberação colegiada responsável pela execução dos Programas de Assistência Social, sendo os seus membros nomeados pelo Congresso Nacional.
 - (B) é composto por 18 (dezoito) membros e respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, cujos nomes são indicados pelo Presidente da República.
 - (C) contará com uma Secretaria Executiva, cuja estrutura será disciplinada em ato do Poder Executivo, e não pelo Congresso Nacional.
 - (D) será presidido pelo Presidente da Mesa do Senado Federal, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.
- 25.** De acordo com a Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar que
- (A) as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional poderão receber recursos públicos se comprovado o registro no cadastro municipal.
 - (B) está garantido a toda criança e adolescente o acesso ao Poder Judiciário, devendo ser estabelecido curador especial a eles quando houver conflito entre os seus interesses e os interesses de seus responsáveis.
 - (C) o Conselho Tutelar, órgão permanente e vinculado ao Poder Judiciário, é encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
 - (D) o acolhimento institucional, forma de transição para o acolhimento familiar, é medida provisória e ordinária e somente ocorrerá com prévia determinação de autoridade judicial.
- 26.** O regulamento da Previdência Social, Decreto nº 3.048/99, estipula as regras aplicadas aos dependentes do segurado do Regime Geral. Acerca do tema, é correto afirmar que
- (A) o menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado e, assim, considerado dependente deste, mediante a apresentação do termo de tutela, sendo a sua dependência presumida.
 - (B) os dependentes descritos no Regulamento da Previdência Social concorrem em igualdade de condições, sendo vedado qualquer tipo de preferência ou tratamento diferenciado.
 - (C) o filho ou o irmão do segurado, de qualquer natureza, perderão a qualidade de dependente ao contraírem matrimônio, podendo voltar à condição de dependente caso sejam acometidos por invalidez posterior ao casamento.
 - (D) a perda da qualidade de dependente para o cônjuge do segurado poderá ocorrer tanto pela separação judicial quanto pelo divórcio, ainda que lhe seja assegurada a prestação de alimentos.

RASCUNHO

27. Quanto ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, disciplinado pela Lei nº 8.080/90, atualizada pela Lei nº 9.836, de 1999, é correto afirmar que

- (A) caberá à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com seus recursos próprios, bem como aos particulares, através de convênios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- (B) impõe a adoção de modelo para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem padronizada e global, sem tratamento diferenciado, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, educação sanitária e integração institucional.
- (C) as populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde.
- (D) as populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, independentemente de suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária.

28. O passo primeiro de qualquer pesquisa científica é a formulação clara de um problema, momento em que o pesquisador quer buscar respostas as suas indagações no processo de conhecer, implicando uma série de procedimentos para a escolha do objeto de pesquisa. Embora não existam regras rígidas, algumas recomendações são importantes para facilitar a formulação do problema na pesquisa social, quais sejam:

- I o problema deve ser formulado como uma hipótese vinculada a variáveis a fim de favorecer o alcance dos objetivos;
- II o estudo deve ser reduzido a uma dimensão viável para que possa ser tratado em um único estudo ou dividido em subquestões que possam ser tratadas em estudos separados;
- III o problema de pesquisa deve ser comprovado, ser contingente, ser verificável no âmbito das ciências como um todo;
- IV o projeto deve apresentar referências empíricas a fim de afastar os juízos de valor e considerações subjetivistas.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

29. A discussão sobre as proposições existentes entre teoria e prática, principalmente apoiada nos fundamentos teóricos da concepção marxista de práxis, defende que, no processo de passagem da teleologia à causalidade posta, é marcante a presença de dois elementos indissociáveis

- (A) categoria alternativa e práxis transformadora.
- (B) teleologia e posição dos meios.
- (C) busca das escolhas e categoria alternativa.
- (D) posição dos fins e a busca dos meios.

30. O processo de institucionalização do Serviço Social guarda estreita relações com o processo de racionalização do Estado burguês, sendo que este tem o intuito de

- (A) apontar para as novas mediações e seu estabelecimento no desenvolvimento histórico da profissão e as possíveis transformações que as criam.
- (B) tornar exequível a atuação dos monopólios, favorecendo suas bases de legitimação ante as classes sociais.
- (C) resgatar a questão social e suas peculiaridades advindas da inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho.
- (D) contribuir e engendrar relações sociais de tal forma sólidas que vão ao encontro dos anseios dos usuários.

31. O surgimento das políticas sociais foi um processo gradual e diferenciado entre os países, dependendo de fatores como os movimentos de organização e de pressão da classe trabalhadora, o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Neste contexto, ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, ocorreu o enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais, sendo este enfraquecimento resultado de dois processos fundamentais:

- (A) o crescimento do movimento operário e a concentração e monopolização do capital.
- (B) a luta dos trabalhadores com greves e manifestações em torno da jornada de trabalho e a decadência do modelo fordista de produção.
- (C) a formação dos primeiros sindicatos e a financeirização do capital.
- (D) o crescimento das dívidas privadas e públicas e a explosão da juventude.

32. Os chamados “Novos Movimentos Sociais” surgem ora como *complemento*, ora como *alternativa*, aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda, inspirados em diversos processos revolucionários e em variadas revoltas. No contexto da América Latina e particularmente no Brasil, identificam-se as seguintes condições históricas de emergência dos movimentos sociais:

- I a modernização conservadora no Brasil;
- II o cenário de lutas anterior e durante a ditadura militar;
- III a diversidade latino-americana;
- IV a crise do projeto societário social-democrata.

Estão corretos os itens

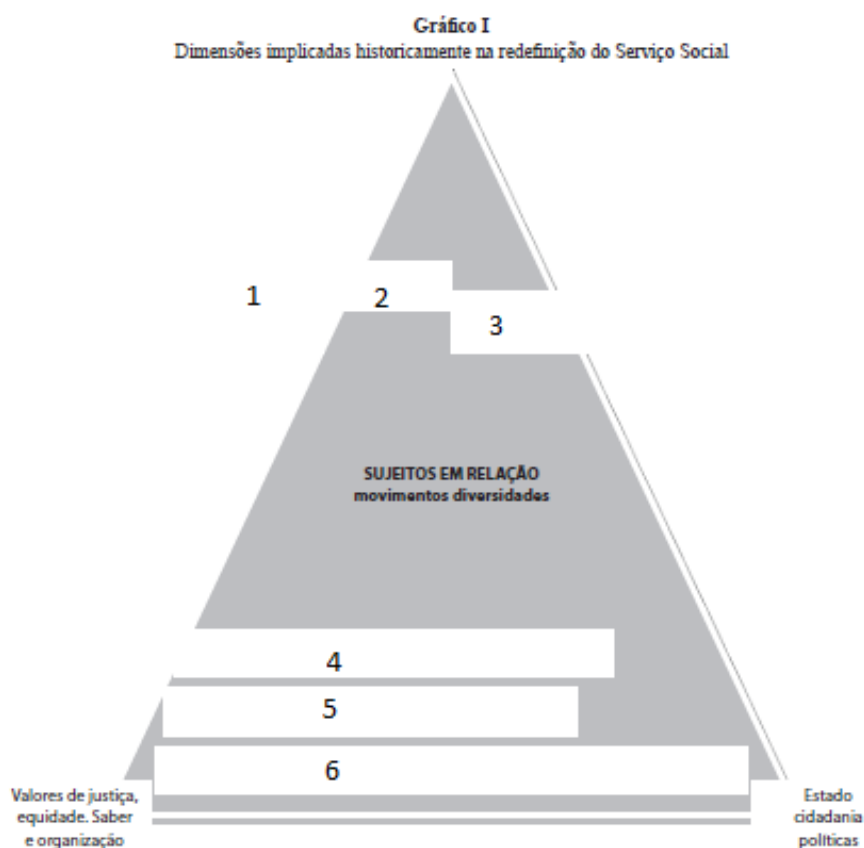
- (A) I e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.

33. A questão social é central para o profissional de Serviço Social e, para entendê-la, deve-se considerar a exploração do trabalho pelo capital, assim como as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados, em face desta premissa central à produção e reprodução do capitalismo. No processo de consolidação do capitalismo brasileiro, um momento histórico tem destaque por duas ordens de fatores: primeiro, porque é nesse período que se completa o processo do capitalismo retardatário e, em segundo lugar, se indicam as marcas deixadas no mercado de trabalho brasileiro, a partir deste período, com a “reforma trabalhista da ditadura”. Esse período é denominado de

- (A) industrialização restringida.
- (B) modernização conservadora.
- (C) fordismo à brasileira.
- (D) industrialização pesada.

RASCUNHO

34. No processo de acumulação capitalista, os exercícios profissionais foram se construindo em articulação com uma expressão de controle dos segmentos dominados, de legitimação ideológica da ordem, de fragmentação de problemas, de individualização das demandas sociais, de integração aos objetivos institucionais. Por outro lado, em uma perspectiva de politização desses exercícios, de pressão das organizações e movimentos sociais e de crítica à relação entre Serviço Social e capitalismo, vários grupos de profissionais produziram uma análise de seu contexto e de suas funções ao mesmo tempo que se mobilizaram para uma perspectiva de mudança, de defesa de direitos, de participação e de articulação das demandas cotidianas diversificadas a projetos societários de transformação das relações de dominação e de exploração na busca de afirmação dos direitos humanos, da justiça social, da equidade, com respeito à diversidade social, cultural e de orientação sexual, religiosa ou política. O gráfico a seguir assinala essas dimensões.



Fonte: Faleiros (2011)

Os números que compõem o gráfico indicam, respectivamente, as seguintes dimensões:

- (A) Mudança, Defesa de direitos, Garantias Sociais, Participação e articulação das demandas cotidianas, Projetos societários, Relações de dominação.
- (B) Participação, Demandas, Direitos humanos/Direitos, Poder e processos de trabalho, Instituições, Relação teoria/prática/valores.
- (C) Mobilização, Afirmação dos direitos humanos, Justiça social, Equidade, Projeto ético-político, Diversidade social e cultural.
- (D) Ideologia, Direitos, Espaços sócio-ocupacionais, Relações de trabalho, Ética, Praxis.

RASCUNHO

35. Problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, estando submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados. Neste cenário destaca-se a construção de indicadores da precarização do trabalho no Brasil. Avalie os indicadores indicados a seguir como verdadeiros ou falsos,

- () Das formas de mercantilização da força de trabalho.
- () Do processo de construção das identidades individual e coletiva.
- () Da organização e das condições de trabalho.
- () Das condições de segurança no trabalho.
- () Das condições de representação e de organização sindical.

A sequência que expressa corretamente a avaliação dos indicadores é

- (A) F, F, F, V, V.
- (B) V, V, V, F, V.
- (C) V, V, F, F, F.
- (D) V, V, V, V, V.

Baseado no texto abaixo, responda às questões de 36 a 38.

“A liberdade é a capacidade para darmos um sentido novo ao que parecia fatalidade, transformando a situação de fato numa realidade nova, criada por nossa ação. Essa força transformadora, que torna real o que era somente possível e que se achava apenas latente como possibilidade, é o que faz surgir um movimento antirracista, uma luta contra a discriminação sexual ou de classe social, uma resistência à tirania e a vitória contra ela”.

36. A leitura cuidadosa do texto permite considerar verdadeiras as seguintes afirmações:

- I A liberdade se constitui princípio do código de ética de 1993.
- II A liberdade é somente um assunto teórico, pois a compreensão da necessidade basta para que o homem seja livre.
- III A liberdade se apresenta como um dado da experiência imediata ou como uma convicção inquebrantável que não pode ser destruída pela existência da causalidade.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.

37. Sobre a defesa dos direitos humanos (DH), as informações apresentadas no texto indicam que

- (A) sua existência só tem sentido em face de condições sociais nas quais os direitos são assegurados por outros meios.
- (B) o CFESS, em resposta a essas demandas, a partir de 1986, criou uma política de Direitos Humanos, incorporada à Comissão de ética, desenvolvendo e realizando campanhas sobre a livre orientação e expressão sexual, contra o racismo, DH etc.
- (C) a Resolução CFESS n. 489/2006, para contribuir com a efetivação do acesso e ampliação de direitos, estabelece normas, vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do(a) assistente social.
- (D) no âmbito do direito institucional, uma sociedade plural é aquela responsável em proferir decisões administrativas e políticas.

38. No texto, é possível reconhecer a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”. Nesse sentido a dimensão normativa do projeto ético e político do serviço social refere-se à

- (A) defesa de todos os direitos.
- (B) qualificação profissional.
- (C) interconexão do serviço social com a democracia positiva.
- (D) consciência da direção social da prática profissional.

39. É preciso situar o movimento de reconceituação, não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do serviço social tradicional latino-americano. A ruptura com o serviço social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora.

Com base na leitura do enunciado acima, é correto afirmar que

- (A) as inquietações e insatisfações deste momento histórico direcionam seus questionamentos ao serviço social crítico, por meio de um amplo movimento em diferentes níveis.
- (B) as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial impõem à América Latina, nos anos 1960, um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado.
- (C) a renovação que surge no serviço social e na sociedade norte-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto ético-político.
- (D) a teoria social gramsciana, como matriz metodológica apropriada pelo serviço social nos anos 1970, tem na categoria do cotidiano a base estrutural para a reconceituação.

40. Fora de qualquer ala ideológica, cabe ao governo a liderança do processo de Desenvolvimento de Comunidade. Neste sentido, é apresentado um modelo de mobilização comunitária que é o Seminário. Apesar do Seminário como instrumento de mobilização de caráter ortodoxo, é correto afirmar que

- (A) utiliza os conceitos de participação segundo a instância da infraestrutura, onde é determinado o modo como os diversos agentes sociais se inserem no processo produtivo.
- (B) é inspirado na teoria parsoniana, na qual a sociedade é concebida como um sistema social constituído por subsistemas harmonicamente integrados.
- (C) sua proposta aproxima-se do conceito de práxis social, em que é necessário inserir o trabalho social nas relações de classe.
- (D) ressalta a contundente reciprocidade entre sujeito e objeto de ação, em que o técnico, identificado como sujeito de ação, interage com os demais sujeitos de intervenção.

RASCUNHO